

A crise climática é também uma crise de saúde pública



» **PEDRO DE PAULA**
Diretor executivo da Vital Strategies no Brasil

» **EUGÊNIO SCANNAVINO NETTO**
Médico e fundador do projeto Saúde e Alegria

» **THAIS JUNQUEIRA**
Superintendente-geral da Umane

O debate global sobre a crise climática tem se concentrado, em grande medida, em estratégias de mitigação e adaptação — fundamentais para conter os danos ambientais que já afetam o planeta. A COP30, que reuniu recentemente o mundo no Brasil, foi uma oportunidade para construir respostas coletivas diante desse desafio. No entanto, há uma dimensão ainda pouco explorada nessa conversa: a saúde das pessoas. As mudanças climáticas não são apenas uma ameaça futura — seus efeitos já estão presentes no cotidiano, no ar que respiramos, na água que bebemos, nas ondas de calor cada vez mais frequentes, na segurança dos alimentos e no agravamento ou surgimento de doenças. É urgente que a saúde seja tratada como parte central da agenda climática. Afinal, cuidar do planeta é, também, cuidar das pessoas.

Nesse sentido, a COP30, em Belém, já pode ser considerada uma edição histórica dessa Conferência pela relevância da conexão entre os debates climáticos e de saúde. Nela, foi lançado oficialmente pelo governo brasileiro e pela Organização Mundial de Saúde (OMS) o plano global para orientar a adaptação dos sistemas de saúde às mudanças climáticas. O plano que, segundo a OMS, visa "fortalecer a adaptação e a resiliência do setor de saúde às mudanças climáticas, avançando em sistemas integrados de vigilância e monitoramento, acelerando a capacitação, promovendo a implementação de políticas baseadas

em evidências e estimulando a inovação e a produção sustentável".

Mas, deve-se lembrar que esse olhar para a saúde precisa se voltar, sobretudo, às pessoas e comunidades que têm sido historicamente invisibilizadas nas decisões globais e nas políticas públicas. É o caso dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia Legal, que vivem na região que sediou a COP30 e que deveriam estar no centro das soluções climáticas, não apenas como palco, mas como protagonistas. Essas populações vivem diariamente os efeitos das mudanças no clima, em um território onde a floresta, os rios e os modos de vida são, ao mesmo tempo, fonte de sustento e de resistência.

A pesquisa Mais Dados Mais Saúde, da Vital Strategies e Umane, agora em sua terceira edição, ouviu moradores dos nove estados da Amazônia Legal sobre a relação entre clima e saúde — um marco inédito no país. Os resultados são um alerta: quase um terço (32%) da população da região afirmou já ter sido afetada diretamente pelas mudanças climáticas. Entre povos e comunidades tradicionais, como indígenas, ribeirinhos, quilombolas, seringueiros, entre outros, esse número é ainda mais alarmante, chegando a 42,2%.

Esses impactos se traduzem em fenômenos concretos: o aumento das contas de energia elétrica, a elevação da temperatura média, a piora da qualidade do ar, a intensificação de desastres ambientais e a alta no preço dos alimentos. É o cotidiano das famílias que está em jogo e, com ele, a segurança alimentar, a renda e a própria saúde. Apesar disso, há também sinais de esforço e responsabilidade coletiva. Mais da metade dos participantes da pesquisa (53,3%) afirmou ter mudado hábitos para reduzir práticas que consideram prejudiciais ao meio ambiente.

Entre os povos tradicionais, o engajamento é ainda mais evidente: 55,7% acreditam que é possível agir individualmente para enfrentar a crise climática, e muitos expressam o desejo de adotar comportamentos ainda mais sustentáveis. São populações que, mesmo vivendo sob as consequências mais duras da crise, mantêm a consciência de seu papel e a disposição de contribuir com soluções.

O que falta, portanto, não é consciência, mas

ação coordenada. Falta que governos, empresas e a sociedade civil reconheçam e fortaleçam essas vozes, com políticas públicas que protejam os territórios e reduzam desigualdades, especialmente entre os grupos mais vulnerabilizados, como mulheres, famílias de baixa renda e povos e comunidades tradicionais. Colocar a saúde no centro da agenda climática é reconhecer que a crise do clima é também uma crise de justiça social e de equidade.

Ações como o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), política pública universal que tem o histórico de reduzir desigualdades sociais no país, são fundamentais para cuidar dessas pessoas. A partir da saúde pública é possível atuar, por meio de campanhas e orientações, para alcançar essas populações com cuidado ativo. Além disso, é fundamental adaptar o SUS aos novos riscos à saúde decorrentes das mudanças climáticas, a exemplo das doenças infecciosas, consequências da exposição ao calor extremo e problemas respiratórios. O sistema público de saúde demanda, ainda, melhoria da infraestrutura para que seja mais resiliente a eventos climáticos extremos e possa atender a quem precisar nessas situações ou antecipando-as, a partir de monitoramento e controle.

O SUS pode, também, desenvolver ações específicas para proteger os mais afetados pelas mudanças climáticas, como na Amazônia Legal e povos e comunidades tradicionais. A inovação nesse processo é fundamental, seja a partir de novas soluções para lidar com a problemática ou, ainda, a partir da geração de dados rapidamente para contornar, prevenir e subsidiar ações intersetoriais para promover saúde diante das mudanças climáticas. Um exemplo é a metodologia do Mais Dados Mais Saúde, que em menos de dois meses captou percepções da população sobre clima e saúde de maneira rápida, de baixo custo e escalável, alcançando populações historicamente sub-representadas.

Saúde e clima são indissociáveis. A crise do clima é uma crise da saúde e precisa ser vista como tal. Cuidar do planeta exige, antes de tudo, cuidar das pessoas que mais precisam ser ouvidas e protegidas.

maurenilson



O Brasil como parceiro estratégico da Europa em minerais críticos



» **ANA PAULA REPEZZA**
Diretora de Negócios da ApexBrasil

É estimulante ver o Brasil bem posicionado no mercado global, especialmente onde fazemos a diferença por nossas reservas naturais e postura na transição energética. A participação da ApexBrasil, do governo brasileiro e de instituições parceiras, como o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), na Raw Materials Week 2025 mostrou que há convergência e muito espaço para cooperação entre Brasil e União Europeia, principalmente no tema mineração sustentável.

O evento, organizado pela Comissão Europeia, foi palco de trocas de conhecimento, sobretudo no planejamento de ações estratégicas para os próximos anos. O governo brasileiro quer atrair investimentos europeus de forma a adensar nossa cadeia produtiva do setor mineração, e a ApexBrasil tem trabalhado para atrair investimentos estrangeiros diretos para esse setor estratégico, especialmente focando na agenda de descarbonização. Foram apresentados, no total, 14 projetos parceiros de exploração e transformação mineral com capacidade de investimento total de quase US\$ 7 bilhões para os próximos anos. A iniciativa da ApexBrasil e do Ibram busca estimular a exploração e o beneficiamento sustentável de minerais

críticos e estratégicos no Brasil.

Essa participação ganha maior relevância com a iminente conclusão do Acordo Mercosul-UE, que vai dinamizar o comércio bilateral, além de trazer mecanismos focados na convergência entre a necessidade europeia de maior acesso aos minerais críticos e a demanda por maior desenvolvimento industrial das cadeias minerais sul-americanas. Estamos falando de níquel, lítio, cobalto, grafite, cobre, titânio, entre outros, fundamentais para tecnologias de energia limpa: carros elétricos, baterias, turbinas eólicas, células a combustível e uso em eletrônicos de consumo, como smartphones, computadores e chips. Esse acordo será um indutor ainda maior dessa aproximação, inclusive com cláusulas que preservem a implementação de políticas de desenvolvimento industrial focadas no setor mineral.

Tudo isso ocorre no cenário global da transição energética, com o Brasil encerrando, em Belém, a COP30. O país tem não só abundância de reservas desses recursos naturais, mas assumiu como política de governo uma mineração cada vez mais sustentável, tecnológica e responsável com baixíssima emissão de carbono. Ao promover esse diálogo em Bruxelas, a Apex, em nome do governo Lula, reforçou o compromisso do país em atrair investimentos que consolidem o Brasil como parceiro estratégico da Europa em minerais críticos, um dos elementos mais importantes do novo tabuleiro da geopolítica internacional.

Vimos juntos com parceiros, como o Ministério de Minas e Energia (MME), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), entre

outros, que nos ajudaram a apresentar para stakeholders e investidores europeus nosso arcabouço legal em torno da política de mineração no país, incluindo a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), em processo de formalização. Atentos aos riscos ambientais e sociais na mineração, com a sustentabilidade como pilar.

Mostramos que, além das reservas que possuímos, estamos construindo políticas públicas confiáveis, dentro da Nova Indústria Brasil (NIB). Isso envolve toda nossa exploração mineral, a energia utilizada no processo de exploração e transformação mineral. É uma energia limpa e renovável, o que dá um lastro de confiabilidade e credibilidade ao nosso processo de beneficiamento de minerais. Isso demonstra a importância e a viabilidade de uma maior cooperação entre Brasil e UE na cadeia de exploração e transformação mineral. Uma convergência de interesses e capacidades com o Brasil, com seus recursos naturais e capacidade de processamento, e a UE, com sua demanda por novo ciclo de transição energética.

Essa é uma das maiores vantagens do Brasil no mundo, e a Europa está ciente. Se já somos essenciais em tantos produtos, pela nossa abundância de recursos naturais e tecnologia na produção agrícola, temos mais esses recursos para capitalizar a demanda global por esses minerais críticos e garantir que o Brasil atraia e concretize investimentos que impulsionem a competitividade e o desenvolvimento sustentável. É a ApexBrasil conectando o potencial mineral do país com o capital e a inovação internacionais, construindo um futuro mais sustentável para todos.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (litterina) // circecunha.df@dabr.com.br

Estado de graça

A frase segundo a qual o Estado nunca tolerou rivais funciona como chave interpretativa para compreender a forma como se estruturam, historicamente, as relações de poder e a relação do indivíduo com a autoridade pública. Não se trata de mera provocação teórica, mas de uma constatação repetida em diferentes momentos da história ocidental: sempre que o Estado se sente ameaçado ou desafiado pela emergência de instituições independentes, a sua reação imediata é expandir mecanismos de controle, vigilância e regulação. Esse movimento, que vai do monopólio da força à imposição de códigos normativos cada vez mais intrusivos, tende a sufocar a pluralidade institucional que deveria sustentar uma sociedade madura. Sob essa lógica, comunidades locais, igrejas, associações civis, empresas privadas, famílias e até o próprio indivíduo passam a ser vistos como potenciais competidores, e não como componentes essenciais de uma ordem social saudável, capaz de equilibrar liberdades com responsabilidades.

O fenômeno torna-se ainda mais evidente num contexto em que o liberalismo, não como slogan, mas como tradição filosófica e prática de limitação do poder, é tratado com desconfiança ou como inimigo a ser anulado. O liberalismo, com todas as suas limitações e contradições ao longo dos séculos, sempre serviu como barreira contra as tendências expansivas do Estado, oferecendo um conjunto de princípios orientados à proteção da autonomia individual, da propriedade privada, da livre associação e da independência das esferas civil e econômica. Não surpreende, portanto, que regimes ou governos hostis a esses valores tenham promovido, ao longo da história, a concentração de poder em níveis incompatíveis com a convivência democrática. O repertório de adversários é conhecido: mercantilismo, absolutismo, socialismo autoritário, imperialismos de diversas naturezas, protectionismos sufocantes e até práticas moralmente indefensáveis, como a escravidão. Todas essas estruturas, embora distintas entre si, compartilham uma raiz comum: a crença de que o Estado deve prevalecer sobre o cidadão e que a liberdade, quando existe, é concessão, e não direito.

A carga tributária opressiva, que recai especialmente sobre empresas produtivas e famílias, é apenas um dos sintomas mais visíveis desse processo. A cada novo conjunto de normas, decretos ou regulações, o Estado brasileiro reafirma uma tendência crônica de considerar o empreendedor como adversário, e não como parceiro no desenvolvimento nacional. A burocracia sufocante, aliada a um sistema judicial que frequentemente legitima decisões intervencionistas, aprofunda um ambiente de insegurança jurídica que afasta investimentos e desestimula a iniciativa privada. Essa lógica perpetua um ciclo perverso no qual o Estado, incapaz de garantir eficiência mínima em áreas essenciais, como saúde, educação, segurança e infraestrutura, insiste, paradoxalmente, em reclamar para si ainda mais funções, mais recursos e mais poder.

Ao mesmo tempo, observa-se no campo político um discurso cada vez mais hostil à crítica, à divergência e à própria ideia de oposição. A democracia, para prosperar, exige espaços de contestação, circulação de ideias, pluralidade de vozes e instituições capazes de limitar o poder, sejam elas parlamentares, judiciais, midiáticas ou civis. Quando essas barreiras começam a ser enfraquecidas, seja por meio de estratégias de intimidação, seja pelo uso seletivo de órgãos estatais para fins políticos, instala-se uma atmosfera de medo e autocensura que lembra mais regimes de exceção do que repúblicas democráticas. Esse tipo de ambiente, já alertado por analistas internacionais, acende sinais de alerta sobre a saúde institucional do país e coloca o Brasil no radar de nações preocupadas com o avanço global das tendências liberais.

Não há o que discutir sobre a necessidade de políticas públicas robustas, mas, sim, a transformação do Estado em um agente que se autopromove a guardião exclusivo do bem-estar social, desconsiderando a importância das redes comunitárias, do capital social e das iniciativas privadas que, em democracias sólidas, colaboram para um equilíbrio saudável entre solidariedade e autonomia.

A preservação de liberdades é a verdadeira base do progresso, da inovação, da justiça e da dignidade humana. Em tempos de crescente preocupação internacional com o risco de deriva autoritária em diversas partes do mundo, reafirma-se a urgência de um debate honesto e profundo sobre os rumos do país. A defesa da liberdade não é uma bandeira partidária, mas um compromisso civilizatório. Ignorá-la, relativizá-la ou subordiná-la a agendas de ocasião é abrir caminho para um Estado que, incapaz de tolerar rivais, passa a considerar os próprios cidadãos como obstáculos e não como fundamento de sua existência. O futuro democrático do Brasil depende da capacidade de reconhecer esse risco e de reafirmar que a função do Estado é servir, não dominar.

A frase que foi pronunciada:

“Eu acreditava muito nos mecanismos governamentais, mas eles têm células cancerígenas que crescem incontrolavelmente. Há algo de doentio na máquina estatal. A experiência de jovem me tornou cético para as reais possibilidades do Estado.”

Roberto Campos

História de Brasília

A Festa do Candango, que alcançou tanto êxito no ano passado será realizada também este ano, nos dias 29 e 30 de junho e primeiro de julho. O local, como o IAPI está ajardinado, será transferido para o IAPETC. (Publicada em 12/5.1962)